

Comunicação Pública: uma análise da produção científica recente em nível de mestrado¹

Fábio PELINSON²

Fabiana PELINSON³

Universidade Federal de Santa Maria, Frederico Westphalen, RS

RESUMO

O artigo objetiva mapear a produção acadêmica brasileira, em nível de mestrado, acerca da Comunicação Pública, em 2016. Para tanto, adota-se direcionamentos das pesquisas denominadas de Estado da Arte. Considerando as dissertações disponíveis na BDTD, defendidas e publicadas em 2016, verificou-se que oito (8) produções abordavam a Comunicação Pública. Constatou-se que as dissertações foram produzidas por grupos localizados exclusivamente nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, e que apresentam relações da Comunicação Pública com a Comunicação do Estado, a Comunicação Organizacional e a Comunicação Política. Ainda, uma temática mostra-se recorrente nestas pesquisas, a Comunicação Pública Digital, embora discutida e analisada sob diferentes perspectivas e objetos.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação pública; comunicação; estado da arte; produção científica.

INTRODUÇÃO

A múltipla significação e a identificação como um processo de construção de conceituação recente no Brasil são características da expressão Comunicação Pública (CP). Apesar de ser um termo consagrado ainda no processo da radiodifusão no país, há quase um século, seu entendimento era distinto da forma como a CP é vista atualmente. Esse entendimento contemporâneo, por sua vez, consiste em uma discussão empreendida em não mais do que duas décadas.

De acordo com Elizabeth Brandão (2007, p. 29), a Comunicação Pública pode ser vista sob dois aspectos, justamente por esse processo de construção conceitual recente. “Por um lado, considerando-se seus diversos significados, sobretudo em âmbito internacional. Por outro lado, ela pode ser analisada a partir dos caminhos que estão

¹ Trabalho apresentado no DT 3 – Relações Públicas e Comunicação Organizacional do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 15 a 17 de junho de 2017.

² Estudante de Graduação em Relações Públicas (UFSM/FW) e Bacharel em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo (UFSM/FW), email: fabiopelinson@gmail.com.

³ Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG), mestra em Comunicação (UFPR) e bacharela em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo (UFSM/FW), email: fabianapelinson@gmail.com.

sendo seguidos para a formação do conceito no Brasil”, assumindo como paradigma “a construção da cidadania, em amplo e histórico sentido”.

É esse segundo aspecto que traz à tona características à CP que não eram observadas em um entendimento inicial, onde ela era vista como sinônimo de comunicação estatal e antônimo da comunicação exercida pelo setor privado, muito mais próximo da publicidade do Estado do que da relação com o cidadão. Nessa construção conceitual relativamente atual, a Comunicação Pública, segundo Monteiro (2007, p. 30-31) é um processo com singularidades que condicionam a sua prática. Essa prática – “marcada tanto pelo interesse coletivo quanto pelas tentativas de institucionalização de um diálogo mais efetivo entre emissores e receptores” – tornou-se notória há pouco tempo “com o aumento da pressão social em favor do respeito aos direitos do cidadão à informação, à expressão e à deliberação”.

Brandão (2007, p. 30-31) concorda com esse entendimento, onde a CP é vista como “parte integrante da vida política da sociedade, e como tal, ela não é um poder em si, mas o resultado do poder do cidadão quando organizado e constituído como sociedade civil”. A autora ainda defende que a Comunicação Pública feita pelos governos, pelo terceiro setor ou pelas empresas privadas, “acontece na medida em que a voz do cidadão começa a ficar forte a ponto de pressionar essas instituições a se preocupar com as questões da cidadania”.

A partir disso, Brandão (2007) identificou cinco áreas diferentes de conhecimento e atividade profissional para a Comunicação Pública: comunicação organizacional, comunicação científica, comunicação do Estado e/ou governamental, comunicação política e comunicação da sociedade civil organizada. Em cada uma dessas aproximações, a CP traz consigo características e identificações próprias.

Entre os múltiplos significados que a expressão comporta, Brandão (2007, p. 9) destaca que um ponto em comum de entendimento é aquele que vê a Comunicação Pública como “um processo comunicativo que se instaura entre o Estado, o governo e a sociedade com o objetivo de informar para a construção da cidadania”. No entanto, a autora destaca que ainda existe uma tendência de identificar a Comunicação Pública com o viés apenas da comunicação feita pelos órgãos governamentais, e aí está o risco de associá-la apenas as características de uma comunicação governamental, que, no Brasil, foi historicamente de natureza publicitária.

Diante desta problematização, emergiu a seguinte questão de pesquisa: como as produções científicas, especificamente as dissertações, abordam, interpretam e compreendem a Comunicação Pública? Este questionamento evidencia que o objetivo geral desta pesquisa consiste em mapear a produção acadêmica, no nível de mestrado, acerca da Comunicação Pública no ano de 2016. Dele, por conseguinte, decorrem os seguintes objetivos específicos: a) categorizar os referentes teórico-metodológicos utilizados; e b) verificar as instituições de ensino e regiões brasileiras onde tais dissertações foram desenvolvidas.

Para isso, opta-se por realizar uma revisão de literatura das dissertações que apresentam como tema a Comunicação Pública, considerando a delimitação temporal de 2016, adotando direcionamentos das pesquisas intituladas como Estado da Arte ou Estado do Conhecimento.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para falar de Comunicação Pública (CP) é preciso entrar em um universo conceitual de construção gradativa, mas, mais do que isso, é preciso entender como o termo foi utilizado dentro dos processos comunicativos com o passar dos anos.

Apesar de ser um termo consagrado ainda na década de 1920, durante o processo da radiodifusão no país, naquela época, seu entendimento era bastante distinto da forma como a CP é compreendida atualmente. De acordo com Matos (2006, p. 62), em uma análise do uso da expressão “Comunicação Pública” desde o início do século XX, é possível observar que o conceito esteve relacionado unicamente com a comunicação estatal. No Brasil, o termo foi assim utilizado durante o processo de implantação da radiodifusão, e, mais tarde, da televisão pública.

Já a construção contemporânea do termo passa por análises que associam a CP à diversas áreas da comunicação. Brandão (2007) defende que existem múltiplos significados para a expressão, sendo esta uma área que abarca uma grande variedade de saberes e atividades. Nesta reflexão, a autora identificou cinco áreas diferentes de conhecimento e atividade profissional para a Comunicação Pública: a) comunicação organizacional; b) comunicação científica; c) comunicação do Estado e/ou Governamental; d) comunicação política; e) comunicação da sociedade civil organizada.

Na Comunicação Pública identificada com os conhecimentos e técnicas da área de Comunicação Organizacional, Brandão (2007, p. 1) acredita que é necessário

“analisar a comunicação interior das organizações e entre ela e seus públicos, buscando estratégias e soluções”. Com o aporte teórico de Suárez e Zuñeda (1999), Brandão (2007) destaca que é com o sentido de divulgação institucional que qualquer consideração a respeito de Comunicação Pública deve contemplar a serenidade e a eficácia com que as instituições, sejam estas empresas, organizações sociais ou políticas, encaram suas relações com o entorno.

De acordo com Suárez e Zuñeda (1999 apud Brandão, 2007, p. 3), as comunicações “se han convertido en un patrimonio común de la sociedade, que otorga derechos pero que exige también una serie de obligaciones que las instituciones deben aceptar y cumplir de manera responsável”. Dessa forma,

A comunicação pública tem como objetivo primeiro o mercado, visando atingir os diversos públicos das corporações com o intuito de vender – seja uma imagem, seja um produto, seja uma ideia, seja uma fé – e obter lucro financeiro, pessoal, em status ou poder. Para isso, utilizar-se-á de todo o arsenal de instrumentos e tecnologias de comunicação de massa, de grupo e interpessoal, complementado com técnicas de pesquisas diversas (opinião pública, mercado, clima organizacional etc.), bem como de todo o conjunto de conhecimento e técnicas das áreas de Marketing e de Comunicação Organizacional (BRANDÃO, 2007, p. 3).

No segundo entendimento da autora, a Comunicação Pública pode ser identificada com a comunicação científica na criação de canais de integração da ciência com a vida cotidiana das pessoas. Nesse contexto, Brandão (2007) destaca que dois fatores identificam as atividades de comunicação científica com Comunicação Pública a partir da área da divulgação científica. Primeiro, porque o processo de comunicação é construído e mantido pelo Estado, tendo em vista o desenvolvimento do país e de sua população. E, segundo, porque a divulgação científica passou a incorporar preocupações sociais, políticas, econômicas e corporativas que ultrapassariam o limite da ciência. Diante desta característica, o pesquisador passou a incorporar o que a autora chama de compromisso público. São essas duas características que Brandão leva em conta ao considerar essa aproximação entre comunicação científica e Comunicação Pública.

Na outra área do conhecimento ou atividade profissional identificada por Brandão (2007) para Comunicação Pública, ela é tratada como responsabilidade do Estado e do Governo ao estabelecer um fluxo informativo e comunicativo com seus cidadãos. Conforme Brandão (2007, p. 5), “nessa acepção, dever-se-ia compreender a comunicação pública como um processo comunicativo das instâncias da sociedade que

trabalham com a informação voltada para a cidadania”. Neste sentido, a comunicação governamental é entendida como Comunicação Pública quando trata-se de um instrumento de construção da agenda pública e direciona seu trabalho a prestações de conta, engajamento da população nas políticas adotadas, etc.

Quando pensa a Comunicação Pública na interface da comunicação política, Brandão (2007) compreende que ela pode ser entendida de duas formas distintas. Primeiro, como a comunicação utilizada para a construção da imagem do político como estratégia para manter-se no poder, seja expressando opiniões ou ideais, e, segundo, na disputa que envolve os meios de comunicação e a sociedade, que cobra uma participação no processo de construção do conteúdo, o que, em um debate muito mais amplo, trata-se de democratização da mídia, tema que caberia ao Estado uma interferência ou proposição.

Quando Brandão (2007) traz a associação do termo Comunicação Pública com estratégias de comunicação da sociedade civil organizada, que são práticas comunicacionais desenvolvidas por comunidades e membros do terceiro setor e movimentos sociais, a autora ressalta que, nesta perspectiva, o termo Comunicação Pública passa a ser utilizado enquanto referência a uma prática realmente democrática e social da comunicação, sem compromissos com a indústria midiática.

Embora perpassasse por essas cinco áreas do conhecimento ou atividades profissionais diferentes, para Brandão (2007, p. 9), o elo que liga a conceituação é o entendimento que a CP é “um processo comunicativo que se instaura entre o Estado, o governo e a sociedade com o objetivo de informar para a construção da cidadania”. A autora destaca ainda que existe uma tendência para identificar a Comunicação Pública com o viés apenas da comunicação feita pelos órgãos governamentais.

Apesar de Brandão (2007) apresentar uma visão geral da construção da conceituação da CP a partir de áreas e atuações distintas, essa abordagem teórica faz parte de um referencial mais amplo desenvolvido no país e que conta com reflexões de autoras como Heloiza Matos.

Matos (2006) define Comunicação Pública como um processo de comunicação instaurado em uma esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade, um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do país. A autora relaciona a CP com democracia e cidadania. Além disso, em seu processo de construção do entendimento de Comunicação Pública, cita quatro concepções básicas a partir das

várias vertentes e significações, citando a relação com a comunicação estatal, a sociedade civil organizada, os órgãos públicos e a comunicação política. Nesse sentido, para a autora (2012, p. 17), a CP “configura um conceito complexo que permite extrair múltiplas abordagens teóricas e reflexões sobre sua prática nas diferentes perspectivas do campo comunicacional”.

METODOLOGIA

A fim de cumprir com os objetivos propostos, realiza-se uma revisão de literatura enquanto procedimento técnico e adota-se direcionamentos das pesquisas denominadas de Estado da Arte ou Estado do Conhecimento, visto que estas permitem a compreensão e a sistematização do conhecimento produzido sobre determinado tema.

De acordo com Teixeira (2006, p. 60), o Estado da Arte ou Estado do Conhecimento busca “compreender o conhecimento elaborado, acumulado e sistematizado sobre determinado tema, num período temporal que, além de resgatar, condensa a produção acadêmica numa área de conhecimento específica”. Tais pesquisas assumem o desafio de mapear e discutir certa produção acadêmica em distintos campos do conhecimento, objetivando evidenciar aspectos e dimensões que vêm sendo privilegiados em pesquisas de diferentes lugares e épocas.

Neste mesmo sentido, Soares (1989) entende que a compreensão do estado de conhecimento sobre um tema

é necessária no processo de evolução da ciência, afim de que se ordene periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos, ordenação que permita indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou contradições, e a determinação de lacunas e vieses (SOARES, 1989, p. 3).

Desse modo, a realização desta pesquisa justifica-se diante da necessidade de conhecer a produção recente, em nível de mestrado, sobre a temática e contribuir com as discussões empreendidas, de modo a evidenciar as abordagens e perspectivas construídas em tais produções.

Como objeto empírico delimita-se as dissertações defendidas e publicadas no ano de 2016, encontradas a partir da busca avançada na Biblioteca Digital Brasileira de

Teses e Dissertações (BDTD)⁴. Realiza-se a busca a partir da palavra-chave “Comunicação Pública” e a partir dos filtros referentes ao grau, idioma e ano da publicação – ou seja, “dissertação”, “português” e “2016”.

Os critérios de inclusão correspondem às dissertações que apresentaram em seu título, palavras-chave, resumo e/ou sumário o termo “Comunicação Pública”. A partir disso, apresenta-se um total de 210 resultados. Destes, apenas oito (8) dissertações se enquadram nos critérios desta pesquisa.

Adota-se o seguinte procedimento na realização desta investigação: 1) seleção do repositório de produção acadêmica online a ser utilizado (BDTD); 2) busca, dissertação por dissertação, de discussões sobre Comunicação Pública; 3) catalogação das dissertações selecionadas; 4) coleta e análise dos resumos, introduções e desenvolvimentos dos trabalhos; 5) sínteses, reflexões e conclusões.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Considerando o objetivo geral proposto – mapear a produção acadêmica, no nível de mestrado, acerca da Comunicação Pública no ano de 2016 –, a fim de compreender o conhecimento acumulado e sistematizado sobre o referido tema, encontrou-se um total de oito (8) dissertações, apresentadas no Quadro 01.

Quadro 01 – Dissertações encontradas que abordam a Comunicação Pública

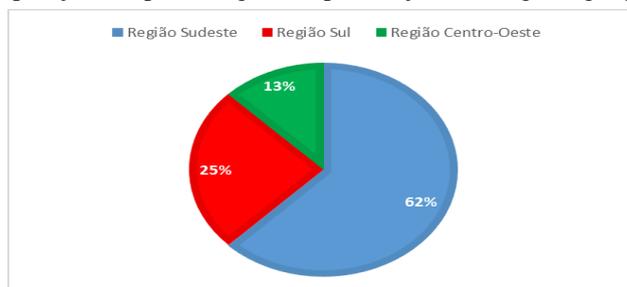
Texto	Título	Autor/Ano
T1	Comunicação Pública e Memória das Cidades: a preservação dos sistemas de comunicação nos sites das capitais brasileiras	Da Luz (2016)
T2	Comunicação pública e democracia digital: a qualidade da informação sobre políticas públicas para as mulheres nos portais web governamentais	Giorgi (2016)
T3	Comunicação rural pública no estado de São Paulo: o caso da CATI	De Melo (2016)
T4	(Des)Prezado Público: a disputa pelo direito à diversidade religiosa em uma emissora pública de televisão	Gonçalves (2016)
T5	A cidadania e a sua instituição: estudo de comunicação pública sobre a Defensoria do Rio Grande do Sul	Carnielli (2016)
T6	Comunicação pública e acesso à informação: o interesse público presente nas produções da assessoria de imprensa da Prefeitura de Santarém (PA)	Tavares (2016)
T7	IFTM Campus Uberaba em face à sociedade digitalizada: uma proposta de desenvolvimento de um plano de comunicação digital	Vicente (2016)
T8	TV Brasil e a rede pública de televisão: uma trajetória de dependência	Guerreira (2016)

Fonte: Os autores.

⁴ A BDTD objetiva reunir as teses e dissertações defendidas em todo o país e por brasileiros no exterior. Foi concebida e mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Disponível em: <<http://bdttd.ibict.br/vufind/>>.

Considerando a vinculação institucional dos autores, demonstra-se as regiões geográficas brasileiras que mais publicaram sobre o referido tema.

Gráfico 01 – Disposição das porcentagens de publicações das regiões geográficas brasileiras



Fonte: Os autores.

Como verificado no Gráfico 01, a vinculação institucional dos autores demonstra que a região Sudeste, com cinco dissertações, corresponde à região que mais publicou na temática, responsável por 62% das produções. Nesta região, dois trabalhos foram desenvolvidos na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), outros dois têm vínculo com a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e um pertence à Universidade de São Paulo (USP). Em segundo lugar, com duas dissertações, está a Região Sul, com 25% das produções. No Sul, os dois trabalhos estão vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Por fim, com apenas um trabalho, a Região Centro-Oeste obteve 13% das produções, estando ligado à Universidade de Brasília (UnB). As regiões Norte e Nordeste não obtiveram representação.

A concentração de estudos nas regiões Sudeste e Sul pode estar relacionada ao fato de que, em ambas, existem grupos de pesquisa que investigam o tema em questão. Na Região Sul, especificamente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o Núcleo de Pesquisa em Comunicação Política e Pública (NUCOP) desenvolve pesquisas norteadas pelos conceitos relacionados à Comunicação Pública e é coordenado pela professora Dra. Maria Helena Weber, orientadora das duas dissertações que integram o corpus desse levantamento. Na Região Sudeste, a Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) também desenvolve estudos na temática a partir do Grupo de Pesquisa Comunicação Pública e Comunicação Política (COMPOL), coordenado pela professora Dra. Heloiza Helena Matos. Além disso, o Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação da Universidade Federal de Uberlândia, a partir da linha de pesquisa Tecnologias e

Interfaces da Comunicação, analisa a área de comunicação como processo problematizado em suas interfaces, como a comunicação pública, comunicação institucional, etc. Deste modo, entende-se que, nessas duas regiões brasileiras, os autores encontram grupos e linhas de pesquisa consolidadas sobre a temática em Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*.

Ainda considerando a vinculação dos autores, identifica-se a área dos Programas de Pós-Graduação em que foram desenvolvidas tais dissertações.

Quadro 02 – Área dos Programas de Pós-Graduação em que foram desenvolvidas as dissertações

Nome do PPG	Área do PPG	Natureza do PPG	Quantidade de trabalhos	Instituições
Comunicação, Comunicação e Informação	Comunicação	Mestrado Acadêmico	4	UFRGS, UFRGS, UnB e UNESP
Mídia e Tecnologia	Interdisciplinar	Mestrado Profissional	1	UNESP
Tecnologias, Comunicação e Educação	Interdisciplinar	Mestrado Profissional	2	UFU, UFU
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades	Interdisciplinar	Mestrado Acadêmico	1	USP

Fonte: Os autores.

A partir do Quadro 02, nota-se que, das oito dissertações selecionadas para análise, quatro foram desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação da área de Comunicação e outras quatro em Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares. Isso evidencia que o campo de estudo de Comunicação Pública perpassa outras áreas, como educação e tecnologia, em virtude de sua definição polissêmica e dos muitos caminhos a serem percorridos na temática, especialmente no Brasil (MAINIERI; RIBEIRO, 2011). Brandão (2007, p. 01) corrobora com essa questão ao afirmar que a Comunicação Pública ainda não apresenta um conceito claro, nem mesmo uma área de atuação profissional delimitada. Segundo a autora (*ibidem*), a Comunicação Pública “é uma área que abarca uma grande variedade de saberes e atividades e pode-se dizer que é um conceito em processo de construção”.

Atenta-se ainda para a natureza dos Programas de Pós-Graduação. Três dissertações provêm de Mestrado Profissional (UNESP e UFU), e cinco de Mestrado Acadêmico. As dissertações desenvolvidas em Mestrado Profissional enfatizam a articulação entre conhecimento e aplicação orientada para o campo de atuação

profissional. Nesse sentido, infere-se que a Comunicação Pública também corresponde a um campo de estudo de técnicas e processos que atendam a demanda do mercado público, caracterizada por uma aplicação orientada para o campo de atuação profissional específico.

Para compreender as correntes teóricas e as relações estabelecidas na discussão da Comunicação Pública nas dissertações defendidas e publicadas em 2016 adota-se a categorização proposta por Brandão (2007). A partir da sistematização sobre os múltiplos significados e acepções existentes para a CP, a autora identifica cinco áreas distintas de conhecimento e atividade profissional, conforme disposto anteriormente.

Adaptando as considerações de Brandão (2007), entende-se ser possível identificar diferentes abordagens e relações acadêmicas quando o tema de estudo é Comunicação Pública. Tem-se, assim, as seguintes relações: 1) Comunicação Pública e Comunicação Organizacional; 2) Comunicação Pública e Comunicação Científica; 3) Comunicação Pública e Comunicação do Estado; 4) Comunicação Pública e Comunicação Política; e 5) Comunicação Pública e Comunicação da Sociedade Civil Organizada. A partir dessa sistematização, as dissertações se enquadram nas seguintes abordagens apresentadas no Quadro a seguir.

Quadro 03 – Abordagens e relações das dissertações selecionadas

Texto	Abordagens e Relações	Autor/Ano
T1	3) Comunicação Pública e Comunicação do Estado; 4) Comunicação Pública e Comunicação Política	Da Luz (2016)
T2	3) Comunicação Pública e Comunicação do Estado	Giorgi (2016)
T3	3) Comunicação Pública e Comunicação do Estado	De Melo (2016)
T4	3) Comunicação Pública e Comunicação do Estado; 4) Comunicação Pública e Comunicação Política	Gonçalves (2016)
T5	1) Comunicação Pública e Comunicação Organizacional; 4) Comunicação Pública e Comunicação Política	Carnielli (2016)
T6	3) Comunicação Pública e Comunicação do Estado	Tavares (2016)
T7	3) Comunicação Pública e Comunicação do Estado; 4) Comunicação Pública e Comunicação Política	Vicente (2016)
T8	3) Comunicação Pública e Comunicação do Estado	Guerreira (2016)

Fonte: Os autores.

Verifica-se, nas dissertações analisadas, as relações entre Comunicação Pública e Comunicação do Estado, Comunicação Organizacional e Comunicação Política. É importante frisar que essas inter-relações não acontecem, no interior dos trabalhos, de maneira clara e estática. Identifica-se, aqui, as relações mais evidentes, entretanto,

deixa-se aberta a possibilidade de haver outras relações, em maior ou menor grau, estabelecidas nestas dissertações.

A partir disso, constata-se as distintas temáticas investigadas em tais dissertações. Uma das temáticas (DA LUZ, 2016) envolve a preservação da comunicação governamental nos sites das capitais brasileiras e sua implicação para a constituição da memória coletiva, social e política das cidades. Também apresenta-se como tema (TAVARES, 2016) as produções da assessoria de imprensa da Prefeitura de Santarém (PA) em seu site e fanpage, e a sua relação com a comunicação pública e o acesso à informação. Outra temática (GIORGI, 2016) aborda a comunicação pública e a democracia digital, a partir da análise das páginas web dos portais eletrônicos governamentais sobre políticas públicas para as mulheres. Ainda, a dissertação de Vicente (2016) assume como objeto de estudo o desenvolvimento de um Plano de Comunicação Digital para o Instituto Federal do Triângulo Mineiro, campus Uberaba.

Embora essas quatro dissertações apresentem suas particularidades e objetos específicos, ambas compartilham da relação, em suas temáticas, da Comunicação Pública e de meios, técnicas e instrumentos digitais, isto é, uma Comunicação Pública Digital. Isso ocorre em virtude da ampla utilização de meios digitais, uma vez que a Internet, especialmente as tecnologias de informação e comunicação, oferece inovações à Comunicação Pública para a constituição de um espaço alternativo de comunicação entre Estado, instituições públicas e cidadãos (KEGLER; FOSSÁ, 2012). Isto é, a ampla utilização de meios comunicacionais digitais interfere em distintos aspectos da Comunicação Pública e isso tem sido abordado pelos pesquisadores brasileiros.

Outros temas apresentam-se nas dissertações defendidas e publicadas em 2016, a saber: os instrumentos e estratégias de Comunicação e de Extensão Rural Pública do Estado de São Paulo (DE MELO, 2016); a disputa pelo direito à diversidade religiosa nos veículos da Empresa Brasil de Comunicação (GONÇALVES, 2016); os processos de Comunicação Pública que incidem na construção da cidadania, a partir da atuação da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul dirigida à defesa dos direitos de pessoas socialmente excluídas (CARNIELLI, 2016); e, finalmente, o processo de implementação da Rede Pública de Televisão, gerida pela Empresa Brasil de Comunicação (GUERREIRA, 2016). Nota-se que as pesquisas de Gonçalves (2016) e Guerreira (2016) apresentam o mesmo tema de estudo, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), embora abordem o objeto de perspectivas distintas.

A partir dos autores citados para a conceituação de Comunicação Pública, identifica-se as definições teóricas recorrentemente utilizadas nas dissertações. Para a sistematização dos dados, selecionou-se os autores mais citados em cada uma das dissertações, no que se refere à discussão da Comunicação Pública.

Quadro 04 – Principais referências teóricas utilizadas nas dissertações

Texto	Referências
T1	Maria Helena Weber (2011, 2010, 2009, 2006, 2007), João Pissarra Esteves (2011), Jorge Duarte (2011, 2009).
T2	Elizabeth Pazito Brandão (2012), Jorge Duarte (2012), Marina Koçouski (2013), Juan López (2003, 2010), Heloiza Matos (2006, 2009).
T3	---
T4	Brasil (1988)
T5	Maria Helena Weber (2011, 2010, 2009, 2006, 2007), João Pissarra Esteves (2011), Jorge Duarte (2011, 2009).
T6	Jorge Duarte (2012), Marina Koçouski (2013), Heloiza Matos (2006, 2009, 2013), Mariângela Furlan Haswani (2013).
T7	Jorge Duarte (2012), Heloiza Matos (2009, 2013), Mariângela Furlan Haswani (2013).
T8	Elizabeth Pazito Brandão (2006), Jorge Duarte (2012, 2006).

Fonte: Os autores.

Nota-se, a partir das referências teóricas mais citadas, que as dissertações T1 (DA LUZ, 2016) e T5 (CARNIELLI, 2016) partem de uma concepção muito similar de Comunicação Pública, entendendo-a como a forma pela qual a esfera pública se materializa. Nesse sentido, a partir de Weber e Esteves, consideram que o conceito de Comunicação Pública não deve estar circunscrito ao âmbito do que é promovido pelo Estado, mas localizadas nas práticas de diversos sistemas comunicacionais das democracias, sejam públicos ou privados.

Do mesmo modo, as dissertações T2 (GIORGI, 2016), T6 (TAVARES, 2016), T7 (VICENTE, 2016) e T8 (GUERREIRA, 2016) também apresentam certa proximidade na conceituação de Comunicação Pública, por utilizarem um referencial teórico muito próximo. De maneira geral, essas investigações compreendem a Comunicação Pública como a defesa do interesse público, isto é, baseada no interesse público e na efetiva democratização da comunicação, com o objetivo de proporcionar discussões de interesse público que sejam plurais e informativas.

Os dois trabalhos restantes, T3 (DE MELO, 2016) e T4 (GONÇALVES, 2016) não apresentam uma discussão aprofundada sobre o conceito de Comunicação Pública. O primeiro, T3, não realiza a conceituação, já o segundo, T4, busca compreender o

conceito a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e documentos especificamente relacionados à EBC.

Um dos aspectos da sistematização destes dados que chama a atenção é a ampla utilização de referências nacionais acerca da CP. Isso comprova que esse campo de estudos, no Brasil, cresce em visibilidade e relevância, muito em virtude da construção do próprio conceito de Comunicação Pública e dos caminhos que ainda podem ser percorridos, academicamente e profissionalmente, em relação à temática.

A respeito dos aspectos metodológicos, identifica-se os procedimentos técnicos e metodológicos utilizados. O levantamento ficou assim descrito:

Quadro 05 – Aspectos metodológicos das dissertações

Texto	Procedimentos Técnicos e Metodológicos
T1	Pesquisa bibliográfica, histórico-descritiva, documental. Navegação orientada e Wayback Machine (ferramenta online de indexação automática de conteúdos).
T2	Pesquisa bibliográfica e exploratória. Análise de Conteúdo.
T3	Estudo de caso, de caráter exploratório. Pesquisa bibliográfica.
T4	Pesquisa bibliográfica e documental. Entrevistas individuais e de profundidade. Análise de mensagens.
T5	Estudo de caso. Pesquisa bibliográfica e documental. Análise de conteúdo.
T6	Pesquisa bibliográfica, descritiva e documental. Monitoramento da fanpage e site. Análise de conteúdo.
T7	Pesquisa bibliográfica e documental. Questionários e entrevistas semiestruturadas. Análise de conteúdo.
T8	Análise documental. Entrevistas semiestruturadas. Análise de conteúdo.

Fonte: Os autores.

Conforme dados do Quadro 05, fica evidente a utilização recorrente de determinados procedimentos técnicos e metodológicos, como a pesquisa bibliográfica e documental, as entrevistas e, para a análise dos dados gerados, a análise de conteúdo (AC). No que se refere à AC, Silva e Maia (2011) afirmam que, em pesquisas da área de Comunicação, particularmente na análise de textos, ocorre uma polifonia metodológica aparente. Há, conforme as autoras, um hiato metodológico, sendo a AC uma das metodologias frequentemente utilizadas “para investigar problemáticas adjacentes àquelas que de fato lhes interessam” (SILVA; MAIA, 2011, p. 20). Ainda, nota-se que todas as dissertações se apropriam de combinações metodológicas para a coleta e análise dos dados, evidenciando certa interdisciplinaridade em tais estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do levantamento e da análise das dissertações, considerando o objetivo de mapear as produções em níveis de mestrado acerca da CP em 2016, percebeu-se certa diversidade de objetos de estudo relacionados à Comunicação Pública, compreendendo-a, em sua maioria, como práticas de diversos sistemas comunicacionais nas democracias, sejam públicos ou privados, não estando circunscrito, unicamente, ao âmbito da comunicação estatal.

No que se refere aos objetivos específicos verificou-se que as dissertações que tratam da Comunicação Pública foram produzidas por grupos localizados exclusivamente nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, demonstrando descompassos em sua produção. Isso decorre da presença, nas duas primeiras regiões brasileiras, de grupos e linhas de pesquisa consolidadas sobre o referido tema em Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*. Tais Programas de Pós-Graduação pertencem à área de Comunicação e à Interdisciplinar, o que demonstra que o campo de estudo de Comunicação Pública influencia e é influenciado por outras áreas do conhecimento, em virtude de sua definição polissêmica e em construção no Brasil.

Adaptando as reflexões de Brandão (2007), identificou-se, nas dissertações analisadas, as relações entre Comunicação Pública e Comunicação do Estado, Comunicação Organizacional e Comunicação Política. A partir disso, uma temática mostra-se recorrente nestas pesquisas, a Comunicação Pública Digital, embora discutida e analisada sob diferentes perspectivas.

Ainda considerando os aspectos teóricos das dissertações, destacou-se a ampla utilização de referências nacionais para a conceituação da CP. Autores como Maria Helena Weber, Heloiza Matos, João Esteves e Jorge Duarte são referenciados em quase todas as produções aqui analisadas. Isso evidencia que esse campo de estudos, no Brasil, apresenta crescente solidez, visibilidade e relevância.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, E. P. Conceito de Comunicação Pública. In: DUARTE, J. (Org.). **Comunicação Pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007.

CARNIELLI, F. Z. **A cidadania e a sua instituição**: estudo de comunicação pública sobre a Defensoria do Rio Grande do Sul. 2016. 143 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

DA LUZ, A. J. A. **Comunicação Pública e Memória das Cidades**: a preservação dos sistemas de comunicação nos sites das capitais brasileiras. 2016. 156f. Dissertação (Mestrado em

Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

DE MELO, R. R. **Comunicação rural pública no estado de São Paulo**: o caso da CATI. 2016. 91 f. Dissertação (Mestrado em Mídia e Tecnologia) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Federal Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2016.

GIORGI, B. S. I. **Comunicação pública e democracia digital**: a qualidade da informação sobre políticas públicas para as mulheres nos portais web governamentais. 2016. 144f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2016.

GONÇALVES, E. P. **(Des)Prezado Público**: a disputa pelo direito à diversidade religiosa em uma emissora pública de televisão. 2016. 252f. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Direitos e Outra Legitimidades) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

GUERREIRA, S. C. **TV Brasil e a rede pública de televisão**: uma trajetória de dependência. 2016. 180f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

KEGLER, B.; FOSSÁ, M. I. T. Comunicação pública digital: reflexões teóricas para a análise de portais governamentais. **Cadernos de Comunicação**, Santa Maria, v. 16, n. 1, jan./jun. 2012.

MAINIERI, T.; RIBEIRO, E. M. A. O. A comunicação pública como processo para o exercício da cidadania: o papel das mídias sociais na sociedade democrática. **Organicom**, São Paulo, ano 8, n. 14, p. 50-61, 2011.

MATOS, H., H. (Org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2012.

MATOS, H., H. Comunicação Política e Comunicação Pública. **Organicom**, São Paulo, ano 3, n. 4, p. 60-73, 2006.

MONTEIRO, G. F. A singularidade da comunicação pública. In: DUARTE, J. (Org.). **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, G.; MAIA, F. D. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **Revista Rumores**, São Paulo, ed. 10, v. 5, jul./dez. 2011.

SOARES, M. **Alfabetização no Brasil**: o estado do conhecimento. Brasília: INEP/MEC, 1989.

TAVARES, A. F. **Comunicação pública e acesso à informação**: o interesse público presente nas produções da assessoria de imprensa da Prefeitura de Santarém (PA). 2016. 160 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologias, Comunicação e Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

TEIXEIRA, C. R. O “Estado da Arte”: a concepção de avaliação educacional veiculada na produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação: currículo (1975-2000). **Cadernos de Pós-Graduação – Educação**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 59-66, 2006.

VICENTE, C. A. C. **IFTM Campus Uberaba em face à sociedade digitalizada**: uma proposta de desenvolvimento de um plano de comunicação digital. 2016. 170f. Dissertação (Mestrado em Tecnologias, Comunicação e Educação), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.